

Relações familiares e adoecimento psíquico: uma análise sociológica a partir do método biográfico

Family relationships and psychic illness: a sociological analysis based on the biographical method

Vanilda Maria de Oliveira

Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília. Mestre em Sociologia pela UFG. Professora de Sociologia e Socioantropologia da UNEMAT.

E-mail: vanildamo@gmail.com

Resumo

Este trabalho se encaixa nos estudos sobre relações familiares e saúde psíquica e tem, como objetivo, discutir um lado menos evidenciado desses relacionamentos, o adoecimento psíquico causado por relações familiares cruéis. Para tanto, adoto a perspectiva sociológica a fim de chamar atenção para a reconhecida causa subjetiva e sociocultural da depressão. Utilizei o método biográfico para a composição do corpus da pesquisa que se faz de histórias de vidas de sujeitos que foram diagnosticados com depressão. Estas contribuíram para a compreensão de quais aspectos da vida são considerados definitivos no desenvolvimento desse adoecimento psíquico. Foi possível observar que o sofrimento advindo de relações familiares violentas, de abandono, abusos e miséria afetiva ocupa lugar central, convergindo ao pensamento do sociólogo Ehrenberg (2008), para quem o deprimido é o sujeito que se reconhece sobretudo pelo que falta, ou seja, pelo que lhe foi negado.

Palavras-chaves: Relações familiares. Depressão. Gênero. Método biográfico.

Abstract

This work fits into the studies on family relationships and psychic health and aims to discuss a less evident side of these relationships, the psychic illness caused by cruel family relationships. To this end, I adopt the sociological perspective in order to draw attention to the recognized subjective and sociocultural cause of depression. I used the biographical method to compose the corpus of the research that is made of the narratives of the lives of

subjects who were diagnosed with depression. These contributed to the understanding of which aspects of life are considered definitive in the development of this psychic illness. It was possible to observe that the suffering resulting from violent family relationships, abandonment, abuse and affective misery occupies a central place, converging to the thinking of the sociologist Ehrenberg (2008), for whom the depressed is the subject who recognizes himself mainly for what he lacks, that is, for which it was denied.

Keywords: Family relationships. Depression. Gender. Biographical method.

Introdução

A depressão atinge milhões de pessoas no mundo, atualmente, e há diversas ciências apontando diferentes razões para o seu desenvolvimento. Somente no Brasil, 16,3 milhões de pessoas com mais de 18 anos sofrem de depressão, segundo dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹. A pesquisa mostra ainda que houve um crescimento de 34,2% no número de casos de 2013 para 2019. As mulheres são as que mais sofrem de depressão: 14,7%, frente a 5,1% dos homens.

Ao adotar a perspectiva sociológica, quero chamar atenção, aqui, para a reconhecida causa subjetiva e sociocultural da depressão. Segundo o sociólogo Ehrenberg (2008), o deprimido é o sujeito que se reconhece sobretudo pelo que falta, seja a falta de afeto, de amparo, de sucesso, de dinheiro, de reconhecimento, ou seja, de algo que tem importância central, para ele, na definição de si mesmo, mas que o foi negado. Ele se constitui pelo que não conseguiu, não alcançou, não recebeu. O deprimido sofre na mente e no corpo a perda do que poderia ter sido e não foi. Da vida que poderia ter tido e, no caso das/o participantes dessa pesquisa, das famílias que poderiam ter tido, das infâncias que lhes foram negadas, do afeto e apoio familiar que não receberam. Essas perdas e ausências formaram o material do qual elas/e ergueram o próprio eu. O deprimido é, sobretudo, aquele sujeitado no sofrimento advindo da sensação de insuficiência.

¹ Pesquisa nacional de saúde, 2019: percepção do estado de saúde, estilos de vida, doenças crônicas e saúde bucal, Brasil e grandes regiões / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

Nesse aspecto, é importante retomar a observação de Gaulejac (2007) sobre como o psíquico e o social estão interligados de modo que não se pode entender um sem o outro. A nossa família, escola, trabalho, instituições diversas estabelecem as normas e valores que definem o contexto sócio histórico. Desse modo, se formam tanto os suportes quanto os limites para o sujeito pensar, agir e se relacionar com os outros. Psique e social estão sempre em uma relação sistemática e recursiva e, é essa relação e o registro do que fica dela, que permite ao sujeito tornar-se quem é. Subjetivação é uma combinação de registros psicológicos, sociais e familiares que explicam a singularidade do sujeito.

Embora a família seja mostrada com frequência como um conjunto de relações de cuidado e complementaridade e, em muitos casos, de fato é, família pode também ser o centro do sofrimento e adoecimento psíquico dos sujeitos. A família é o grupo primário de reconhecimento de si, fonte de identidade, afetos, amparo, mas também de sofrimento, como já discutiu Carsten (2014a):

Uma das coisas que eu acho ser realmente importante sobre parentesco, que acho que já disse, mas de qualquer forma eu disse em algum lugar, é que parentesco é, para a maioria das pessoas – contemporâneas, modernas, “tradicionais”, rurais, urbanas –, parentesco é realmente onde se produz boa parte do seu material imaginativo. Enfim, é também onde elas vivem suas vidas, mas é onde elas pensam sobre o futuro, o passado, onde elas especulam sobre o que poderia ser se tudo fosse maravilhoso, mas também o que é terrível em suas vidas. Porque as famílias na maioria dos lugares também são fonte de dor, dificuldade e sofrimento (CARSTEN, 2014a, p. 156).

Família tem sido comumente definida como um conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco que habitam a mesma residência. Mas, para além de um agrupamento doméstico, família possui uma forte carga simbólica, pois agrega aquelas pessoas cujas relações sociais são ou deveriam ser marcadas pelo cuidado, afeto e responsabilização.

Tendo em vista a centralidade das relações familiares para a constituição do eu, apresento, aqui, algumas histórias familiares de pessoas deprimidas que compreendem que essas relações foram fonte de sofrimento e adoecimento. Nessas histórias, violências morais, psíquicas e físicas marcaram a vida de sujeitos que, por sua vez, desenvolveram um sofrimento patológico, a depressão. As/colaboradoras/colaborador da pesquisa falam, por exemplo, em desejo de morte,

autodepreciação, tentativas de suicídio, raiva e tristezas profundas e constantes. Antes de adentrar a essas questões, apresento e justifico as perspectivas metodológicas assumidas nesta pesquisa.

Perspectivas metodológicas

Os dados apresentados, neste artigo, são resultantes de minha pesquisa de doutorado que, por seu turno, objetivava compreender como sujeitos em depressão explicam as origens, desenvolvimento e enfrentamento de sua depressão.

Utilizei o método biográfico e a técnica de entrevista narrativa a fim de possibilitar, aos sujeitos da pesquisa, a apresentação de suas trajetórias, assim como os sentimentos e interpretações do que ocorreu.

Esse foi o método adotado tendo em vista que possui como vantagem epistemológica colocar as/o colaboradoras/colaborador do estudo na posição de autoras/autor e intérpretes de sua história, como analisa Franco Ferrarotti (1991). O método biográfico tornou-se valorizado a partir da ótica de que as pessoas são árbitros de sua própria presença no mundo e, por isso, precisam ter a palavra sobre ela. Desse modo, nos textos produzidos pelas/os pesquisadoras/es é importante refletir os discursos das pessoas que procuram dar significado e forma às suas histórias.

Então, o objetivo central do uso desse método foi recuperar as tramas, bastidores e as estruturas de eventos significativos para os sujeitos. É preciso atentar que a narrativa biográfica não trata tão somente de uma enumeração de fatos passados, mas pressupõe uma espécie de reflexão sobre o que aconteceu, uma interpretação do vivido. Sendo assim, o indivíduo lançaria mão de um código de interpretações de suas experiências passadas e presentes (Schutze, 2010).

Não se trata aqui de acreditar em um conjunto de enunciados ou fatos verdadeiros e incorrer no que Bourdieu (2005) chamou de ilusão biográfica, que consiste em partir de uma “ilusão de unidade do eu”. Nem em um sujeito com uma identidade coerente e uma ideia de vida linear, como um caminho, um trajeto, uma série de acontecimentos sucessivos que formam um todo ordenado cronologicamente. Na verdade, parto da consciência que, ao relatar suas vidas, os sujeitos o fazem com o apoio de seus recursos de memória, emoções e interpretações de suas vivências.

Mas, um objetivo dessa pesquisa é mesmo compreender os acontecimentos tomados como significativos para os sujeitos para que sejam os rememorados e interpretados como causadores de sofrimento e adoecimento psíquico. A seleção é proposital e a construção de uma história linear não é feita pelo sujeito da pesquisa, mas por um trabalho do pesquisador para melhor apresentar os dados.

Gaulejac (2006) traduz o modo como devemos entender o relato de uma história de vida como expressão de três dimensões essenciais: os desejos e angústias inconscientes; a sociedade a qual o sujeito pertence; e a dinâmica existencial que o caracteriza. Portanto, o relato é um modo de falar sobre o vivido e, a partir daí, dizer como o sujeito habita a história e como ele a sente. Gaulejac (2006) ressalta que a família é fundamental na forma como nos tornamos sujeitos, como enxergamos a nós mesmos, o mundo, e como aprendemos a olhar para nossas histórias.

Para a pesquisa, procurou-se por sujeitos que haviam, em seus itinerários terapêuticos, adotado diversas terapias para a depressão, inclusive as Práticas integrativas complementares, conhecidas como PICs. Por isso, para chegar até eles, foi solicitado a terapeutas holísticos de Goiânia que enviassem a carta convite de pesquisa para seus terapeutas que tratavam da depressão que, caso se interessassem em participar da pesquisa, deveriam entrar em contato voluntariamente com a pesquisadora.

Em relação à preocupação com a ética em pesquisa, esta foi submetida ao Comitê de ética em pesquisa, via Plataforma Brasil, e foi aprovada conforme parecer 493.060. Foram adotados procedimentos que salvaguardam os participantes da pesquisa, tais como o uso do termo de consentimento livre e esclarecido, que deixava claro para a/o voluntária/o da pesquisa seus direitos, os objetivos da pesquisa, sobre o uso dos dados e a garantia do sigilo em relação à sua identidade.

Relações familiares e depressão

Aqui será importante destacar, sobretudo, como as famílias são sujeitos partícipes dessas histórias pessoais e que, ao contrário de muitos discursos que objetivam apresentá-la como homogênea ou linear, a família é um território privilegiado, ao mesmo tempo, de apoio e abandono, carinho e violência, cumplicidade

e ameaça, segredos e partilhas, enfim, de múltiplas relações e possibilidades. Notamos que entre os sujeitos da pesquisa havia uma relação muito próxima entre as relações de parentesco que marcaram de forma intensa as suas trajetórias.

Todas/o as/o entrevistadas/o reconheciam na família uma fonte importante de mal-estar e narraram episódios mais ou menos repetitivos sobre violência, abandono, discriminação, maus-tratos diversos sofridos na infância e adolescência que julgavam definitivos no desenvolvimento da depressão. Ainda que todas/o já estivessem na vida adulta, esses episódios apresentavam-se como marco de deflagração de um quadro de sofrimento patológico que os acompanharia por grande parte da vida.

Selecionei relatos trazidos em quatro das dez histórias pesquisadas, no doutorado, em que essa influência das relações familiares no desenvolvimento da depressão foi considerada como decisiva entre as colaboradoras/colaborador participantes.

Porém, antes de iniciar a análise, é preciso salientar como gênero é uma categoria importante para se compreender o processo de adoecimento psíquico, particularmente, a depressão que é compreendida, no presente artigo, como resultante de relações sociais adoecedoras. Admito que as normas relativas à produção de si como sujeito generizado e as relações desiguais de gênero suscitam vulnerabilidades àquelas/es identificadas/os como subalternas/os, por serem mulheres, ou aos que rompem com essas normas de gênero, como os homossexuais.

Assim, os estudos de gênero contribuíram para evidenciar o modo como homens e mulheres experimentam diversos aspectos de sua vida de forma desigual, como o amor, o sexo, a política, a saúde, a violência; e em diferentes espaços, como o lar, o trabalho, a escola/universidade, o espaço público, os hospitais.

Contudo, os estudos de gênero são marcados pela sua diversidade de temas, teóricas e recortes. Considerados em sua intersecção com raça, classe, etnia, nacionalidade, orientação sexual, idade, escolaridade, entre outros marcadores sociais, eles têm contribuído para problematizar a produção acadêmica, questionar políticas e evidenciar os efeitos das desigualdades de gênero na vida concreta de homens e mulheres.

Para a antropóloga feminista Gayle Rubin, por exemplo, o feminino e o masculino são definidos a partir de símbolos, discursos e representações que implicam

na configuração de instituições, relações de dominação, normas, papéis sociais, identidades subjetivas e coletivas. A partir do conceito de sistema sexo/gênero, Rubin (1973) procurou explicar a opressão social feminina. Esse sistema consistiria em um conjunto de arranjos pelos quais a sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, permitindo analisar a ação social e o sentido das ações relativas à sexualidade, à reprodução, parentesco, herança, divisão do trabalho e a dominação socialmente legitimada das mulheres pelos homens. A diferenciação sexual definiria também normas, valores e direitos políticos, econômicos e sociais distintos para homens e mulheres.

Joan Scott (1995) também procurou compreender gênero como um conjunto objetivo de referências que estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica de toda vida social, além de estabelecer distribuições de poder diferencial entre homens e mulheres. Scott contribuiu especialmente para os estudos feministas quando destacou que adotar gênero como categoria analítica, tal como as de raça e classe, promoveria a inclusão das/os oprimidas/os na história e possibilitaria a análise do significado e da natureza da sua opressão.

Sendo assim, gênero, enquanto uma categoria de análise permitiria apreender como as relações de dominação entre homens e mulheres são socialmente construídas e a dinâmica dessa dominação é forjada histórica, discursiva e simbolicamente, o que as reforça e as reproduz.

Trago, agora, para o centro da discussão, as quatro histórias de vida que compõem o corpus deste estudo.

Rubi – uma história de abandono parental

Rubi é uma mulher jovem, alta, magra, de pele branca, cabelos castanhos lisos e curtos. Terminou o ensino médio e trabalhava como repositora de mercadorias em supermercados quando ocorreu a entrevista. Ela faz parte de uma família com um antigo histórico de pobreza, rejeição, abandono e falta de afeto.

Rubi foi entregue pela mãe para ser criada pela avó no começo da infância, com menos de três anos de idade. A mãe alegou que não tinha condições financeiras para criá-la sozinha, já que o pai as rejeitou. A avó, por sua vez, detestava a mãe e o

pai da criança e a criou com muita severidade, privação financeira e sem afeto. Rubi conta que a avó até a impedia de sair de casa e ter amigos. Rubi relatou que tinha fantasias infantis em relação às figuras materna e paterna como doadoras de cuidado e amor. Na sua compreensão, se o pai e a mãe estivessem cuidando dela, não faltaria afeto. Ela narrou que passou toda a infância desejando que os pais viessem buscá-la e livrá-la do tratamento cruel dispensado por sua avó.

Na história de Rubi, o caráter biológico e social do parentesco se cruza em diversos momentos, mas representava sobretudo uma herança maldita de família. Rubi relatou que havia um histórico na família de pais que abandonavam filhas e maridos que abandonavam esposas que, por sua vez, não criavam as filhas desses homens. Para Rubi, o abandono de sua mãe por seu pai teria sido a causa de a mãe também abandoná-la. Ademais, o abandono de sua avó pelo seu avô teria feito com que sua avó não gostasse de nenhuma delas.

Eu falo: “Gente, como é que a minha mãe me deixou morar com a minha avó sendo que a minha avó nem gostava dela?”. Porque a minha mãe é a única filha que fisicamente se assemelha ao meu avô. Ela é mais morena, do olho verde e a minha avó, ela é muito branca, galeguinha, do cabelo loirinho. E os outros filhos todos saíram loiros da pele mais clara. Então, ela é a única que saiu mais morena, igual ao meu avô. E ela, quando o meu avô abandonou ela, quando ela tinha mais ou menos uns 40 anos, minha avó, ela dispensou toda a raiva que ela tinha do meu avô em cima da minha mãe. Então, a minha mãe tinha essas coisas de xingamento, de briga e tal, da minha avó tentar tirar ela de perto, dar ela para as minhas tias criarem, essas coisas, por ela ser parecida com o meu avô. E a minha avó deixava isso bem claro (Rubi, 29 anos).

Como perceberam Moreira e Guedes (2007) em uma pesquisa sobre abandono feminino no Ceará, em uma cultura patriarcal, a mulher é culpabilizada e estigmatizada por ter sido abandonada pelo marido. No patriarcado, as mulheres têm como responsabilidade a manutenção da família e, caso não obtenham sucesso, são colocadas em posição de fracassadas, imorais, mulheres defeituosas e descartáveis. Daí talvez a compreensão da razão da avó xingar a mãe de vagabunda.

A estereotipia decorrente do rompimento alicerça-se na representação da mulher renegada e usufruída, portanto descartável. Ser descartável iguala-se à posição de “mulher da vida” ou “rapariga” ou, em termos mais formais, de prostituta. Daí a vergonha e a necessidade de recolhimento, reconhecendo-se como fracassada em não ter conseguido manter tal instituição. (MOREIRA; GUEDES, 2007, p. 79).

Moreira e Guedes (2007) observaram ainda que vivenciar o abandono e as represálias sociais advindas dele podem gerar problemas psíquicos e somáticos nas mulheres. Portanto, podemos deduzir nível de sofrimento experimentado quando duas gerações de mulheres são expostas a isso.

Em se tratando de Rubi, o psicanalista Joel Birman (2007) atenta que a fragilidade dos investimentos narcísicos primários, suscita perturbações psíquicas que promovem descargas sobre o corpo e a ação dos sujeitos. Cria na criança uma dificuldade de se relacionar com os outros e consigo mesma. Sentindo-se ainda desamparado, pois não foi capaz de superar o desamparo infantil, o sujeito produz defesas psíquicas e formas de agir que podem resultar em violências contra si mesmo e o outro. Rubi tentou suicídio pela primeira vez com nove anos de idade, seguidos de outras tentativas.

Além da falta de afeto, severidade e isolamento, Rubi narrou que sua avó a criou com constantes violências psicológicas e morais baseadas na relação dela com os pais. A avó disse para a menina durante toda a infância que ela só poderia se tornar uma vagabunda, haja vista que era filha de um vagabundo que abandona mulheres e uma vagabunda que faz filho sem casar. Aqui podemos retomar a ideia de mutualidade do ser, de Sahlins (2013), como em relações de parentesco há um “emaranhado de participações intersubjetivas” (p. 17). Nessa perspectiva, uma criança herda algo mais do que genético dos pais, eles fazem parte do que ela é como sujeito. Rubi era acusada pela avó de ter herdado uma essência moral deles, mesmo sem ter convivido com eles. Essa essência ruim deles teria sido transmitida para ela, teria a constituído.

A avó teria conseguido a obediência da neta cobrando que ela negasse sua suposta herança parental da imoralidade. Mas, na verdade, Rubi também compreendia que a frieza de sua avó era fruto de uma herança familiar de desafeto.

A minha avó foi criada num regime de que filho é lá no quintal, brincando, não pode ficar muito perto dos mais velhos, não pode dar opinião e ela que passou isso pros filhos. Então, a dificuldade em que foi criada, ela passou isso pros filhos e pros netos que ela foi criando. Então, zero de amor, zero de carinho (Rubi, 29 anos).

Passos (2011) destaca que há tanta desintegração na sociedade contemporânea que a família poderia ser o lugar de refúgio e certezas, mas não é o

que tem ocorrido. Há muitas famílias incapazes de cumprir com suas funções de cuidar, educar e socializar seus membros. Lidam com as crianças de forma que causam desilusões, fragilidades na formação do eu, nas relações intersubjetivas. Uma boa formação psíquica e física de uma criança exige um processo de parentalização que permita o seu amadurecimento, privilegie uma aproximação entre pais e filhos e formem cuidadores capazes de investir psiquicamente nas crianças em situação de desamparo. Todas estas são questões fundamentais à criação dos laços, indispensáveis ao amadurecimento e à saúde psíquica.

Rubi ficou com a avó até os 14 anos de idade, quando pediu para a mãe aceitá-la em casa. Ao chegar na cidade da mãe, para morar com ela, já na rodoviária ouviu da mãe que sua decisão foi a pior coisa que lhe aconteceu.

Aí com 14 anos eu vim pra Goiânia. Eu lembro muito bem do dia que eu cheguei, minha tia me trouxe, minha mãe foi me pegar na rodoviária, ela disse o seguinte: “Pérola, a pior coisa que aconteceu na minha vida foi a Rubi ter vindo pra Goiânia”. Nisso ela já tinha uma outra filha quando eu cheguei aqui em Goiânia e aí você fica com aquele sentimento: “Putz, a outra ela criou, a outra ela cuidou, querendo ou não. Eu, eu chego e ela me rejeita” (Rubi, 29 anos).

Já em Goiânia, sendo rejeitada pela mãe, Rubi tentou uma reaproximação com o pai, que também não foi bem-sucedida.

Como não sou só eu filha do meu pai, todos se reuniram no dia dos pais, que era antes do meu aniversário, que meu pai nunca lembrava também, nunca. Ok. Eu fui e, mais uma vez, eles falam sem pensar, eu do lado, atrás, ele sentado conversando com um primo, ele fala: “Nada, filho é igual cachorro. Ele, se quiser, corre atrás do dono”. Falei: “Pois bem, essa cachorra aqui tem vergonha na cara e ela não corre atrás de dono nenhum”. Desse dia em diante eu falei pra minha mãe, falei: “Nunca mais vou atrás dele, nunca mais. Eu não vou ficar atrás de ninguém que nunca se importou comigo” (Rubi, 29 anos).

Como mostrou Finamori (2018), nas relações entre pais e os filhos que eles não criaram, a falta de uma relação no passado justifica a falta de cuidados e de afeto no futuro. Mesmo reconhecida a paternidade, a criação de relações de cuidado, responsabilidade e parentesco, para serem efetivadas, precisam mobilizar elementos que vão muito além da consanguinidade. A relação dos pais com filhos, em nossa cultura, está profundamente vinculada à convivência e não a uma ligação biológica, sobretudo com os homens. Afeto e cuidado paterno envolvem relação cotidiana, não

vinculação genética. Depois de tentativas frustradas de contato com esse pai, pareceu à Rubi a melhor opção ignorá-lo. Finamori (2014) teorizou como parentesco é uma construção baseada em cuidado e afeição. Na ausência paterna e desses vínculos cuidadosos, é provocada uma problematização desse parentesco.

Aos 17 anos, Rubi tornou-se a provedora da casa, em decorrência do desemprego da mãe. Mas, ao contrário de isso perturbar, foi mais uma solução para escapar da convivência familiar e, ao mesmo tempo, tentar conquistar a admiração da mãe. Nessa fase, ela já começou a ter sérias crises depressivas e começou o tratamento com o psiquiatra. Mas o início do tratamento se deveu à gravidade dos sintomas pois, segundo ela, teria sido deprimida a vida inteira. Durante toda a vida até aquele momento não conheceu nada além de uma profunda angústia e tristeza. Faltava-lhe um bem-estar que ela acreditava que uma família seria capaz de dar.

O insucesso em conquistar o desejado vínculo afetivo tanto com o pai quanto com a mãe, mesmo sendo provedora da casa dela, despertou em Rubi o desejo de criar sua própria família e obter dela a realização de pertencer a um ambiente familiar repleto de amor. Casou-se aos 18 anos, com o primeiro namorado. No entanto, descobriu que o marido não era um homem com quem pudesse realizar esse sonho. O marido era caminhoneiro, viajava muito, deixava ela sozinha com frequência. Além disso, ganhava pouco e era irresponsável com as finanças, o que fez com que ela ocupasse de novo o lugar de provedora da família. Como agravante, sempre que o marido estava em casa ele bebia muito, o que a incomodava. Rubi decidiu não ter filhos com um caminhoneiro, ausente e alcoólatra, segundo avaliou, e se separou.

Quando participou da pesquisa, estava morando sozinha, sem contato com a família do ex-marido, com seu pai, sua avó e com pouquíssimo contato com sua mãe. Rubi relatou na entrevista que teria descoberto na solidão uma paz que não encontrava quando em família. Ela morava com três cachorros, fazia psicoterapia e terapias holísticas para aliviar a depressão e estava em processo de retirar os remédios psiquiátricos.

Ágata e o abuso sexual à que meninas são submetidas no ambiente doméstico-familiar

Ágata é uma mulher negra, cabelos “black power”, alta, graduada em teatro

pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Estava em seu terceiro casamento e grávida de 8 meses da primeira filha na época da entrevista.

Ágata justificou sua depressão por duas razões em especial: ter sofrido abuso sexual na infância, por um tio e primos; e ser violentada pelos maridos quando adulta. Um dos maridos de Ágata era alcoólatra, ela não suportava o casamento, mas sentia culpa por querer se divorciar de alguém tão dependente dela. O outro, era muito ciumento e a agredia fisicamente em decorrência desses ciúmes, a ponto de ter quebrado seu braço em uma das agressões. Considerava que a depressão era um reflexo de sua trajetória submetida à violência dos homens, desde a infância.

Segundo sua análise, a depressão teve origem na infância, em decorrência do abuso sexual infringido pelo tio. O acontecimento ficou esquecido por anos, até que ela sentiu a necessidade de entender a tristeza profunda e constante que a acompanhava desde a infância.

A minha história que eu acredito, no meu histórico de depressão, começou na infância é... por volta dos oito, nove anos ou menos. Eu não tenho certeza sobre isso, que a minha memória é bem fraca, sabe. Começou com abuso, eu sofri abuso sexual de um tio que morava na mesma casa que a gente. Ele morou durante um período muito curto, sabe. Eu me lembro muito pouco dos episódios, muito pouco mesmo, mas eu sei sobre isso, que isso é uma coisa que me machucou muito. Anos depois eu me recordei dos acontecimentos porque eu entrei numa busca para entender porque eu sentia tanta tristeza, do porque eu me submetia a tantas situações que me faziam mal, né. Então, o meu histórico começa nesse momento, quando eu sou criança e sofro esse abuso sexual.

Ágata narrou que o tio ficou desempregado e pediu para sua mãe para morar na sua casa por um tempo. Sua mãe ficou feliz em poder receber o irmão. A mãe de Ágata trabalhava durante o dia e as filhas ficavam com o pai, que trabalhava a noite. Sua mãe sonhava em fazer faculdade e viu na vinda do irmão para casa a possibilidade de poder estudar, deixando as filhas aos cuidados de alguém confiável. Eram três irmãs, sendo Ágata a mais velha. O tio, no entanto, começou a abusar das sobrinhas.

Conforme o relato de Ágata, o tio tirava suas roupas e as dela e “trocava carinhos” que, entre outras carícias, envolvia sexo oral. Depois de cada abuso, o tio dizia a ela que se ela contasse para alguém, mataria sua mãe. Ágata afirmou ter visto o tio fazer o mesmo com a irmã do meio, mas não tinha certeza sobre a irmã mais

nova. A menina ficava dividida entre o sofrimento advindo do abuso e o medo de ser a responsável pelo assassinato da mãe. Os abusos duraram alguns meses, até que o tio se mudou. Nenhuma delas jamais revelou o acontecido. Mas Ágata revelou compreender que isso já teria deixado uma marca importante na concepção da sua relação com os homens, como reservada a atender seus desejos de forma silenciosa e submissa.

Essa marca fez com que Ágata fosse abusada sexualmente pelos primos na adolescência. Segundo relatou, os primos esfregavam os genitais rígidos em seu corpo quando brincavam com ela e a mandava ficar quieta e calada. Ameaçavam bater se ela contasse para alguém. Amparados por dados recentes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Cerqueira e Coelho (2014) apontam que 68% dos estupros e abusos sexuais no Brasil são praticados contra crianças e adolescentes. Além disso, 70% dos estupros são cometidos por parentes ou amigos/conhecidos da vítima, sobretudo pais, padrastos, tios, primos e vizinhos e, na maioria das vezes, a violência ocorre dentro dos lares dessas crianças e adolescentes. Mais ainda, os dados mostram que uma criança abusada tem mais chance de ser vítima de abuso novamente do que uma que nunca foi abusada. O abuso sexual enfrentado por Ágata é uma amostra do que ocorre em milhões de famílias brasileiras.

Segundo Ágata, as violências psicológicas e físicas provocadas pelos maridos, quando adulta, só foram superadas quando ela encarou na terapia o quanto as violências sofridas na infância afetaram a sua relação com os homens. Fez psicoterapia e diversas terapias holísticas, tendo recusado o uso de psicotrópicos. Com as terapias, Ágata se fortaleceu para enfrentar o marido violento e pedir o divórcio, se tornou feminista e passou a aceitar apenas relacionamentos amorosos em que havia respeito e cuidado mútuos. Segundo ela, estava curada da depressão.

Jade, as relações abusivas familiares e os segredos de gênero

Jade é uma mulher jovem, magra, de cabelos bastante curtos, castanhos, pele branca, estatura baixa. Formada em ciências sociais pela UFG, estava casada e grávida de sua primeira filha quando deu a entrevista.

Jade também foi uma garota com a infância e a juventude marcada por

violências e conflito familiar. Seus pais foram qualificados por ela como alcoolistas e violentos. Narrou que apanhava muito e tinha que cuidar da casa e da irmã caçula desde muito cedo. Por causa do alcoolismo dos pais, teve que amadurecer para cuidar da casa e da irmã porque eles estavam cotidianamente embriagados.

Eu tenho essas lembranças de tomar a responsabilidade quando ninguém estava consciente, os adultos. E no outro dia apanhar porque não fechei a casa direito, ou porque não fiz algo que eles esperavam que eu fizesse. Isso foi uma rotina é... de muita gritaria e de apanhar muito por qualquer situação, mais da minha mãe. O meu pai era ausente, tava sempre no boteco ou levava a gente no boteco com ele, todos os dias, dormindo em carro. Isso era algo que me desagradava bastante (Jade, 29 anos).

Na adolescência, aos 15 anos, ela conheceu um rapaz da igreja católica do bairro e começaram a namorar. Um dia, o rapaz a convidou para ir à casa dele conhecer a avó, mas ao chegar lá não tinha ninguém em casa e o rapaz a estuprou. Jade ainda era virgem e esse estupro resultou em uma gravidez. Resolveu falar com sua mãe sobre o que tinha acontecido. No entanto, a mãe não acreditou que ela tinha sido estuprada, já que não contou antes, apenas depois que descobriu sobre a gravidez. Preocupada com a honra familiar, a mãe deu a Jade a opção de se casar com o estuprador e ter o filho deles ou abortar. Jade preferiu o aborto a ter que se casar com seu estuprador. A solução da mãe foi provocar um aborto e guardar segredo do estupro e do aborto entre as duas.

É... mais na adolescência, quando eu sofri uma violência sexual e teve toda uma questão de uma gravidez em decorrência da violência, foi algo que foi bem marcante, eu posso considerar que foi o evento traumático que em termos de sofrimento, foi um divisor de águas. Daí pra frente, eu perdi a força pra... pra tentar viver, eu fiquei muito tempo só indo da casa pra escola, com muita vergonha e com muita culpa. E aí virou um tabu, não tinha ninguém pra conversar, e eu chorava todos os dias (Jade, 29 anos).

Como mostrou Porto (2009), o estupro e o aborto, assim como o incesto, são acontecimentos que, se revelados, podem romper com códigos culturais e sociais que são base para a manutenção das famílias. Estabelece-se então um “segredo de gênero”, em que as mulheres raramente irão expor essas práticas, a fim de preservar as relações familiares. No entanto, Porto (2009) ressalta que o segredo tem um lado perverso, pois contribui para a incompreensão e culpabilização das jovens pelo que foi feito a elas.

Lidar com o alcoolismo dos pais, sofrer violência, ser estuprada, ter que

provocar um aborto e silenciar sobre o que havia lhe ocorrido marcou profundamente a história de Jade. A angústia, a tristeza profunda e a culpa preencheram grande parte de sua juventude, a ponto de ela ter passado toda ela em tratamentos psicológicos, psiquiátricos e holísticos para lidar com seus ciclos de depressão.

Berilo e a produção da masculinidade na família

Berilo é um rapaz jovem, branco, de estatura mediana, cabelos castanhos e cacheados, curtos. Um universitário, estudante da UFG, de família de baixa renda e homossexual. Grande parte da história de Berilo estava relacionada ao sofrimento causado pela discriminação e violência sofrida desde a infância, na escola e em casa, em razão de sua orientação sexual. Violência essa perpetrada especialmente pelo pai, mas também por colegas de escola. Em seu depoimento foi destacado como sua infância e juventude foram marcadas pela necessidade de esconder das pessoas que ele sentia atração por meninos.

Negar sua “anormalidade” (forma como ele se referia a sua homossexualidade) era uma autodefesa contra a violência que ele julgava sempre eminente. Seu relato trata da criação dolorosa e minuciosamente ensaiada de uma performance de masculinidade que lhe era exigida. Deslizes de performance lhe rendiam violências físicas, morais e ameaças que fizeram de sua infância e adolescência um período de profunda angústia e medo. A falta de aceitação, pelos outros, de sua homossexualidade, algo que passou a defini-lo muito fortemente, as violências e a necessidade de uma performance teatralizada, foram apresentadas como as grandes razões do seu estado depressivo.

O comportamento considerado como feminino, prova de homossexualidade, passou a ser alvo de vigilância do pai e, por consequência, de si mesmo. Berilo era constantemente sujeitado à violência psicológica realizada pelo pai, que afirmava e mostrava que homossexuais não eram dignos de afeto e respeito, mas de violência. Retomando aqui a ideia de parentalidade em Carsten (2014b) como fornecedora de vínculo, afeto e identidade, a rejeição do pai na infância resultou na falta de estima por si mesmo.

Ainda criança, a repressão do pai à homossexualidade de Berilo transformou-se em violência física. Ele narrou uma cena cotidiana, vendo televisão com o pai, em que teve um gesto de indiferença à tentativa do pai de estimulá-lo a comentar sobre uma mulher que apareceu na tela mas, posteriormente, de forma espontânea, demonstrou admiração por um homem dizendo que o considerava bonito. Logo após esse comentário que lhe pareceu inocente, foi surpreendido com uma surra aplicada pelo pai. A partir de então, passou a fantasiar que seria assassinado pelo pai em razão de gostar de meninos.

Aí eu lembro que a partir de determinada situação ele ficou mais incisivo ainda, eu estava assistindo televisão com ele uma vez na sala e eu lembro que ele estava deitado no sofá e eu deitado no colchonete no chão e aí em uma determinada cena ele comentou de uma mulher, falou que ela era bonita, tinha um corpo de tal forma, “Olha, olha como que ela é meu filho”. E eu olhei e fiquei lá e não falei nada. Logo depois apareceu um homem e eu comentei “Eu acho esse homem bonito”, eu falei bem exatamente isso. E eu lembro que foi uma coisa bem espontânea, eu devia ter uns nove anos na época. Eu me lembro que ele ficou bastante assustado, com uma cara bastante irritada, levantou do sofá em um movimento brusco e me pegou pelas pernas, de cabeça para baixo, e foi me batendo até me jogar na cama no quarto. E eu comecei a fantasiar que a qualquer momento ele poderia descobrir que eu era gay e isso mais ou menos com meus 10 anos já, qualquer momento ele poderia descobrir que eu era gay e me matar (Berilo, 24 anos).

O medo da violência do pai fez com que Berilo tivesse que começar a encenar uma masculinidade que não reconhecia como sua, mas que o protegia da violência. Por isso, cada gesto e comportamento em público passou a ser cuidadosamente desempenhado para não confirmar aos outros sua homossexualidade. Ele passou a falar e andar menos na frente das pessoas para que seu jeito de falar e andar não entregasse o seu segredo.

Como mostra Butler (2003), gênero está relacionado a um “agir como”, a exibir uma performance que demonstre que a subjetividade está produzida de modo a atender às normas. O eu é produzido a partir da reiteração das normas relacionadas ao gênero e à sexualidade. A resistência a essas normas é possível, mas o sujeito que resiste é colocado no lugar do inteligível, abjeto, desprezível e odiado. Como afirma a filósofa:

Dessa forma, a nomeação do sexo é um ato performativo de dominação e coerção que institui uma realidade social através da construção de uma

percepção da corporeidade bastante específica. A partir dessa perspectiva pode-se entender que o gênero é uma 'identidade construída através do tempo' por meio de uma repetição incorporada através de gestos, movimentos e estilos (Butler, 2003, 200).

Berilo estava tão triste por não ser aceito como era, pela sua família, e com tanto medo de que se o pai descobrisse sobre sua homossexualidade o assassinasse, que decidiu ele mesmo se matar. Contudo, sua mãe, que iria passar o final de semana fora com o irmão, desistiu do passeio e voltou para casa a tempo de encontrar o filho e salvá-lo.

Aí eu estava extremamente triste com tudo aquilo. Eu voltei, fui para casa. Minha mãe falou, eu estava sabendo que minha mãe ia sair numa sexta, meu irmão também, iam voltar só no domingo, e aí eu fui para casa e pesquisei aqueles medicamentos, pesquisei na internet, pensei em numa dose que levaria a morte. Fui na farmácia, comprei um remédio para evitar o vômito, bebi duas horas antes, aí bebi todos aqueles medicamentos para a depressão, muitos, muitos medicamentos e desmaiei no quarto. Minha mãe e meu irmão voltaram para casa antes, me levaram ao médico e eu voltei (Berilo, 24 anos).

A tentativa fracassada de suicídio fez com que seus pais se sensibilizassem e aceitassem sua homossexualidade. No entanto, segundo relatou, ele não deixava de fantasiar seu pai o assassinando, fator que causava medo, angústia e tristeza constante.

Discussão dos resultados - deprimir em uma sociedade adoecida

Importantes contribuições têm sido dadas pela sociologia no sentido de compreender o adoecimento psíquico como reflexo de uma sociedade adoecedora. Atenta-se aqui para algumas interpretações sociológicas desse fenômeno.

Segundo Lasch (1983), a contemporaneidade é marcada pelo excesso de consumo, crescente individualismo, enfraquecimento dos vínculos, escassez de tempo e, especialmente, pela cultura do narcisismo. A característica principal desta cultura é que os sujeitos estão cada vez mais centrados em si mesmos. Não são mais questões públicas, mas as privadas que tomam conta da vida do sujeito. Por isso, são as violações ao eu que mais afligem os sujeitos na contemporaneidade.

Lasch (1986) acredita que a sociedade contemporânea produziu um "individualismo contra o indivíduo", no qual se cria uma ilusão de que estão dadas

todas as condições para a realização plena dos indivíduos, quando na realidade ele está sempre defrontado com o abismo entre a realidade e as fantasias das publicidades, que raramente são satisfeitas. Confrontados com a realidade, os sujeitos se deparam com violências, humilhações e limitações diversas, que fazem aflorar a insegurança e angústia e, daí diversos agravos psíquicos.

Na sociedade individualista, voltando-se somente para si e tendo de permanente só a si mesmo, é exigido dos sujeitos todo investimento na própria realização. O bem-estar e o sucesso são sua obrigação consigo mesmo. Esse conjunto de situações produz consequências desastrosas para o sujeito, desencadeando como danos psíquicos: a permanente insegurança, a ansiedade advinda da pressão exercida pelos riscos e desafios cada vez mais altos, humilhação, vergonha.

Bauman (1998) chama a atenção para um aspecto importante da sociedade em que vivemos atualmente, denominada por ele de pós-moderna, em que os indivíduos se tornam mais livres das amarras de antes, sem vínculos obrigatórios, grandes ideologias, porém afligidos pelo reverso da moeda: nada mais é certo ou seguro. O sujeito pós-moderno é tomado pela insegurança, “a desgraça dos livres” (BAUMAN, 1998, p. 10). Em uma nova configuração, sem regras imutáveis, vínculos eternos, estaríamos absortos em um jogo de cada um por si e, conseqüentemente, desorientados.

Conforme Bauman (1998), liberdade, autonomia, o acúmulo de bens, experiências e informações proporcionadas pela contemporaneidade vem acompanhados da insegurança e da incerteza. Os sujeitos estão constantemente ameaçados pela possibilidade de perda, seja do emprego, da posição, de algum vínculo ou da própria vida. Mais ainda, a possibilidade de satisfação está sempre distante, tendo em vista que há sempre novas ofertas de produtos ou ideais. O sujeito pós-moderno permanece no mal-estar por não atingir a satisfação e ainda mais atormentado devido à falta de certezas.

Não é difícil perceber nas histórias dos sujeitos colaboradores dessa pesquisa o quanto havia de insegurança física e ontológica, de ameaças de perdas da posição familiar e dos vínculos. A insegurança, incerteza e desamparo que atingiram as/os entrevistadas/os é a mesma que atinge tantos sujeitos na contemporaneidade.

A centralidade do eu e o individualismo não significam que os sujeitos estejam livres de constrangimentos estruturais: desemprego, pobreza, racismo, sexismo, homofobia e violência contra as mulheres são resultado de um tipo de sociedade que produz e não elimina desigualdades sociais. No entanto, o que tem sido destacado por esses autores é que, na sociedade ocidental contemporânea, problemas que afetam as vidas dos sujeitos têm sido considerados da ordem do subjetivo. Desse modo, cada sujeito é obrigado a lidar com as consequências das desigualdades e violências sociais impostas a eles. Com frequência, são exibidos na mídia modelos de sucesso de sujeitos que tiveram que enfrentar dificuldades na vida. A mensagem da sociedade atual é de que é preciso gerir a si mesmo, suas emoções, potencialidades e seu destino para se realizar.

Relacionado a isso, segundo Ehrenberg (2004), a depressão é um sinal de uma transformação social importante: a passagem de uma sociedade que se refere à disciplina (interdição, obediência, autoridade, etc.) para uma sociedade que se encontra sob o primado da autonomia, isto é, a decisão e ação pessoais. Nessa sociedade, sucesso ou fracasso, felicidade ou infelicidade são resultado da ação individual em prol de si mesmo. Nesse sentido, o sujeito de sucesso é aquele capaz de conquistar bem-estar para além dos constrangimentos sociais. Uma lógica perversa que cria uma sensação de que se não há sucesso é por falta de ação do próprio sujeito para atingir esse fim. Em sua análise, Ehrenberg apresenta uma nova explicação causal para a depressão, segundo à qual, a explicação freudiana de neurose como um conflito do desejo dá lugar a uma patologia que coloca em questão a ação individual. A depressão, para além de um problema de saúde individual ou coletiva, representa, na contemporaneidade, uma patologia da sociedade da autonomia.

Esse julgamento se deve às observações de Ehrenberg (2008) que apontam problemas como desemprego, precariedade econômica, insegurança, falta de vínculos etc. como os principais elementos articuladores do sofrimento depressivo. De acordo com a explicação de Ehrenberg, no mundo contemporâneo a norma é agir e, a partir da ação, conseguir demonstrar eficácia individual e, assim, produzir reconhecimento social e ascensão econômica. Entra em vigor como norma aquela que impõe ao sujeito uma constante necessidade de construção de si mesmo. O sujeito, fatigado pela exigência de construção de si, muitas vezes deprime. Isso seria um reflexo da cultura

atual que aguça o narcisismo e aponta para uma perseguição constante do eu ideal no lugar do ideal do eu. Violado, empobrecido, discriminado, abandonado, o sujeito é ainda responsabilizado pelo seu sofrimento. Não resta muito a não ser voltar-se contra si mesmo, adoecer no processo de recusa a si mesmo, deprimir.

Nesta perspectiva, além de uma patologia da ação, a depressão seria uma “patologia da responsabilidade”, pois o deprimido sente-se aquém da empreitada da iniciativa individual e da sua responsabilidade sobre seu sucesso e felicidade. Cansado de ter que permanentemente “tornar-se si mesmo”, o eu ideal, expressa assim um sentimento de insuficiência. O fracasso surge como sendo o outro lado da moeda da demanda de performance. De um lado, destaca-se a ideia de triunfo, de excelência, de qualidade total, engendrando o imaginário da perfeição e da superação de si próprio. De outro, têm surgido novas formas de exclusão, produzindo o imaginário da inutilidade, que acenam aos valores de fracasso, de falta de inserção e desqualificação. No entanto, a liberdade e autonomia para governar a si mesmo fazem dele também o único responsável pela sua trajetória. Se você não se sente feliz, é porque não fez o suficiente por si mesmo.

O vigoroso exercício de realização de si exige de cada vez mais de cada um. O indivíduo torna-se um peso para si mesmo. A depressão seria resultado dessa fadiga de ser si mesmo. Do enorme cansaço provocado pelas atribuições de tornar-se você na sua melhor versão, de acordo com as exigências sociais e os modelos midiáticos (EHRENBERG, 2008). Em uma cultura que exige o domínio de si, psíquico e afetivo, capacidade de ação, impõem a todos “a tarefa de adaptação permanente a um mundo que perde precisamente sua permanência, um mundo instável, provisório, feito de fluxos e de trajetórias irregulares” (EHRENBERG, 2008, p. 200-201).

O que acontece é que, na verdade, apesar do suposto triunfo do eu na contemporaneidade, o sujeito não tem todo esse controle de suas vidas. Condições como precariedade econômica, insegurança, abandono, violência familiar ocorrem como parte de uma sociedade onde predomina injustiça diante de violação de direitos e desigualdades sociais. A depressão ameaça um indivíduo aparentemente emancipado dos interditos, mas certamente marcado pela separação entre o possível e o impossível, entre o ideal e o real.

As colaboradoras da pesquisa disseram ouvir com frequência questões como “Por que você é deprimida se você tem beleza, juventude e saúde?” Os sujeitos geralmente tratam os deprimidos como se a superação da depressão dependesse exclusivamente da ação pessoal. No entanto, as histórias de sofrimento apresentadas aqui estavam profundamente relacionadas a uma vida de pobreza, às desigualdades de gênero e aos relacionamentos familiares.

É relevante discutirmos que, quando se trata de família, há no Brasil discursos diversos que constroem a ideia de família como benéfica, uma instituição de amor, acolhimento e apoio mútuo. Contudo, em nossa cultura patriarcal, a casa e a família representaram perigo de violência eminente para as mulheres e para homossexuais. A família brasileira tem como pilares o sexismo e a homofobia e coloca mulheres e crianças em situação de vulnerabilidade no ambiente doméstico-familiar.

Não é por acaso que os dados indicam que as mulheres deprimem três vezes mais do que os homens. A violência de gênero é produzida em contextos relacionais de poder entre mulheres e homens, configurados pela subalternidade feminina e pelas assimetrias que determinam as normas e regras sociais em relação aos comportamentos de mulheres e homens. A cultura patriarcal estabelece uma hierarquia que invade todos os espaços da sociedade, mas que se corporifica primeiramente nas relações de poder familiares, reafirmando a violência de gênero. A violência de gênero nas relações familiares revela a existência do controle do homem sobre o corpo e a sexualidade feminina, evidenciando, por um lado, a diferença que se estabelece entre masculino e feminino na família e na sociedade, e, por outro, a manutenção das estruturas de poder e dominação disseminadas na ordem patriarcal (Saffioti, 2004).

Em uma cultura patriarcal, a família também é a dimensão de todo um contexto de preconceito, violação de direitos, adoecimento e morte. Sendo assim, não é possível continuar lidando com o adoecimento psíquico que nasce nas relações familiares como um problema individual que necessita ser terapêutico e medicalizado. É preciso transformar as famílias e as sociedades e entender que há situações estruturais que vulnerabilizam ainda mais mulheres e crianças na família. É preciso lembrar, como destaca Hernández (2018), que algumas estão em condições

sociais que as deixam ainda mais vulneráveis nas relações familiares, pois em uma sociedade desigual, estão menos protegidas pelo Estado.

De todos estos tipos, la violencia doméstica o intrafamiliar destaca como el tipo de violencia que con mayor frecuencia enfrentan las mujeres, perpetrado casi siempre por la pareja o algún familiar. Asimismo, cabe constatar que a pesar de que la violencia de género afecta a mujeres de todos los niveles socioeconómicos, existen grupos con mayor vulnerabilidad frente a la violencia de género, como las mujeres migrantes, las mujeres pobres, las mujeres indígenas y las niñas, y esto, dadas las condiciones particulares de discriminación a las que se enfrentan y por la falta de acceso a una forma efectiva de la protección del Estado (HERNÁNDEZ, 2018 , p. 52-53).

Por isso, vale lembrar como as/o participantes da pesquisa, apresentadas acima, partilhavam alguns aspectos da vida: sofreram violência física e/ou sexual; vinham de famílias pobres; cresceram socialmente isoladas, muito restritas a família nuclear. Essas famílias, longe de representar vínculos que forneciam amparo e afeto, foram descritas como causas principais do adoecimento psíquico. A convivência com o abandono, o preconceito e a violência, assim como a falta de afeto, provocaram sofrimentos que, com o tempo, se tornaram patológicos.

Retomando Ehrenberg (2008), esses sujeitos se mostraram sobretudo exaustos de si mesmos, de tentar encontrar ou construir uma vida social, afetiva, familiar que lhes proporcionasse alguma segurança, gratificação, felicidade, como sugerem os ideais familiares, mas encontraram desamparo, violência, abandono e sofrimento. Cansados do sofrimento, da raiva e da tristeza constantes, adoeceram e tentaram livrar-se do peso de ser si mesmos seja via tentativas fracassadas de suicídio ou uso de terapias diversas para transformar o eu em alguém já não deprimido. Na sociedade da autonomia, você é o responsável pela gestão da sua saúde e emoções. Coube a cada um procurar auxílio para seu sofrimento. Ajuda essa novamente individualizada em medicamentos ou terapias. Na sociedade da autonomia e do individualismo, o sofrimento é localizado no corpo e o controle dele cabe ao adoecido.

As histórias relatadas nos defrontam fortemente com a cultura e sociedade de nossa época. Tratam da dor de sujeitos que tiveram que lidar desde a infância com a violência física, sexual e psíquica, praticadas pelo pai, mãe, tio, namorado ou marido. Violência que perdura porque conta com o silêncio e a impunidade, suas vítimas geralmente não disfrutaram de apoio social ou institucional.

Silenciamento e submissão também foram posturas marcantes nos depoimentos das mulheres e de Berilo. Submeter-se foi a saída para conseguir companhia, para conquistar afeto ou aprovação da família. Silêncio garantido pelo medo de que falar não geraria apoio, empatia ou justiça, mas julgamento, violência ou intensificação da culpa. Mas esse silêncio também não é reflexo de uma escolha individual, mas da legitimação da violência de gênero na nossa sociedade.

Para Chauí (1984), a violência contra a mulher envolve uma relação de forças que converte as diferenças entre os sexos em profunda desigualdade e promove uma cultura que legitima a condição de inferioridade da mulher e a violência contra a mesma. Violentar as mulheres tem sido permitido ao longo de nossa história legal. Mais ainda, os homens que as violentam têm sido protegidos por uma forte prática de amparo social. Sua violência é justificada e validada por meio da impunidade recorrente.

Obviamente, os danos psíquicos causados por situações como essas foram severos. Unem-se mal-estar social, pela escassez afetiva e material, ao mal-estar subjetivo, a construção de uma imagem negativa de si mesmo e de sua vida. Esperando viver conforme ideais de vida, confrontados com o cansaço de ser eles mesmos, em toda a precariedade de suas vidas, deprimem.

Os aspectos ressaltados pelos analistas que consideram as neuroses como sintoma social são diversos, como o crescente individualismo, consumismo, narcisismo, o enfraquecimento dos vínculos sociais junto com a precarização do trabalho. Essa lógica perversa, torna-se ainda mais cruel quando volta para o próprio sujeito a responsabilidade sobre seus fracassos. Uma sociedade que vende fantasias, modelos de família, de vida e de eu inalcançáveis para a grande parte da população, mas que condena quem não os alcança. Por fim, quando adoece, ele é culpabilizado pelo seu adoecimento, diagnosticado, classificado e medicalizado. O deprimido é o culpado pelo seu fracasso profissional, pessoal e social e ainda se sente em dívida com a sociedade por não atender ao ideal social. Portanto, como resultante desse cenário, há o desencadeando de psicopatologias diversas e a depressão tem predominado entre elas.

Considerações finais

É importante aqui retomar a observação de Gaulejac (2006) de como o psíquico e social estão interligados de modo que não se pode entender um sem o outro. A nossa família, escola, trabalho, instituições diversas, estabelecem as normas e valores que definem o contexto sócio histórico. Desse modo, se formam tanto os suportes quanto limites para o sujeito pensar, agir e se relacionar com os outros. Psique e social estão sempre em uma relação sistemática e recursiva e é essa relação e o registro do que fica dela, que permite ao sujeito tornar-se quem é. Subjetivação é uma combinação de registros psicológicos, sociais e familiares, que explicam a singularidade.

Gaulejac (2006) acrescenta que não apenas a subjetividades, mas as neuroses precisam ser vistas a partir do entrelaçamento entre psique e social. Portanto, as neuroses seriam geradas por expectativas normativas irrealistas, que atribui a cada um a responsabilidade pelas falhas criadas por estruturas sociais. É cobrado do sujeito que gereencie de forma coerente a si mesmo e sua participação em uma sociedade que já não guarda coerências. Mas, longe de pensar o sujeito determinado por constrangimentos externos a ele, mas muitas vezes muito próximos, em casa, na família.

Como visto, as colaboradoras e o colaborador da pesquisa acreditam que a depressão emergiu especialmente de aspectos socioculturais e eventos dolorosos que causam rupturas biográficas importantes. Abuso, abandono, violências física e sexual, hostilidade e pobreza foram vivenciadas por elas e ele. Em relações familiares que as/o fizeram sentir desvalorizadas/o, rejeitadas/o e violentadas/o, as/o participantes voltaram a depreciação para si mesmas. Por causa dos impactos deixados pelas experiências de vida, sobretudo as familiares, elas/e fizeram de si mesmas/o e de suas histórias de vida seu principal objeto de angústia, tristeza e revolta. Ficaram deprimidas/o.

As considerações mais importantes sobre a depressão foram as de que a vida infringe sofrimentos dos quais não conseguimos nos defender e que de tão severos podem nos adoecer. No entanto, é possível repensar o vivido e reconstruir sua história, atribuindo novos valores para sujeitos e relacionamentos que antes pareciam tão importantes. O “viver com” pode ser menos importante do que “viver bem”. Assumir

que relacionamentos negativos podem adoecer foi importante para decidirem quem deveria ficar em suas vidas e com que qualidade de relacionamento.

Embora não tenha sido abordado o tratamento que conseguiu gerar bem-estar para esses sujeitos, é importante revelar aqui que, nessas histórias, tratar a depressão que emergiu do sofrimento imposto pelas relações familiares exigiu ressignificar o papel da família e dos familiares. Um recurso importante para encontrar bem-estar foi a compreensão de que somos com e de uma família, mas somos também além e apesar dela. Não se trata necessariamente de um rompimento com as relações familiares, mas sobretudo de um rearranjo do papel e significado dessas relações em nossas vidas. Mais do que isso, foi necessária a delimitação de fronteiras entre o eu e o outro na construção desse nós, chamado família, como mecanismo defensivo na produção do bem-estar.

Bibliografia

- BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BIRMAN, Joel. Arquivos do mal-estar e da resistência. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- BIRMAN, Joel. Laços e desenlaces na contemporaneidade. *Jornal de Psicanálise*, v. 40, n. 72, p. 47-62, 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0103-58352007000100004&script=sci_abstract&tlng=es. Acesso em: 01 mar. 2018.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (org.). *Usos & abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 183-191.
- BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Editora Record, 2003.
- CARSTEN, Janet. A matéria do parentesco. *Rau – Revista de Antropologia da UFSCAR*, v. 6, n. 2, p. 147-159, 2014a.
- CARSTEN, Janet. “Entrevista com Janet Carsten”, Entrevista concedida a Igor José de Renó Machado e Ana Cláudia Marques. *Revista de Antropologia da UFSCar*, n. 6, v. 2, São Carlos (SP), Universidade Federal de São Carlos, p. 147-159, jul./dez. 2014b. Disponível em: <https://bdpi.usp.br/item/002777081>. Acesso em: 02 ago. 2018.
- CERQUEIRA, Daniel e COELHO, Danilo de Santa Cruz. *Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde (versão preliminar)*. 2014.
- CHAUÍ, Marilene. Participando do debate sobre mulher e violência. *Perspectivas antropológicas da mulher*. Rio de Janeiro: Zahar; 1984. p. 23-62.

EHRENBERG, Alain. *La fatigue d'être soi: dépression et société*. Odile Jacob, 2008.

EHRENBERG, Alain. Depressão, doença da autonomia? Entrevista de Alain Ehrenberg a Michel Botbol. *Ágora*, Rio de Janeiro, 2004, vol.7, n.1, pp. 143-153.

EHRENBERG, Alain. *O culto da performance: da aventura empreendedora à depressão nervosa*. Aparecida: Idéias e Letras, 2010.

FERRAROTTI, Franco. Sobre a autonomia do método biográfico. *Sociologia: problemas e práticas*, n. 9, p. 171-177, 1991.

FINAMORI, Sabrina. Cuidado e consanguinidade na atribuição de responsabilidades intergeracionais. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 18, p. 243-263, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522015000400243&script=sci_arttext. Acesso em: 02 ago. 2018.

FINAMORI, Sabrina. Família e cuidado em narrativas de vida marcadas pela ausência paterna. *PerCursos*, v. 14, n. 27, p. 87-115, 2014. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1984724614272013033087/3020>. Acesso em: 02 ago. 2018.

GAULEJAC, Vincent de. *Gestão como doença social*. São Paulo: Ideias e Letras, 2007.

GAULEJAC, Vincent de. *As origens da vergonha*. São Paulo: Via Lettera Editora e Livrar, 2006.

HERNÁNDEZ, Gloria Ramírez. La violencia de género, un obstáculo a la igualdad. *Trabajo Social UNAM*, n. 10, p. 43-58, 2018. Disponível em <http://revistas.unam.mx/index.php/ents/article/view/56366> . Acesso em 14 de março de 2019.

LASCH, Christopher. *A Cultura do Narcisismo: A Vida Americana numa Era de Esperanças em Declínio*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1983.

LASCH, Christopher. *O Mínimo Eu: Sobrevivência Psíquica em Tempos Difíceis*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

MOREIRA, Virginia; GUEDES, Dilcio. ¡Dejada por el marido! El estigma vivido por mujeres en Tanguá-Ce. *Psicol. estud.*, Maringá , v. 12, n. 1, p. 71-79, Apr. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722007000100009&lng=en&nrm=iso . Acesso em 17 de março de 2019.

PASSOS, Maria Consuelo. Família, Laços e Sofrimento Psíquico. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, v. XI – n. 3, p. 1013-1031, set/2011.

PORTO, Rozeli Maria. *Aborto legal e o cultivo ao segredo: dramas, práticas e representações de profissionais de saúde, feministas e agentes sociais no Brasil e em Portugal*. Tese de doutorado. Florianópolis, UFSC, 2009.

RABELO, M.; ALVES, P. e SOUZA, I. *Experiência de doença e narrativa*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999.

RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres: Notas sobre a economia política do Sexo. In: REITER, R. (org.). *Toward an anthropology of women*. Nova York: Monthly Review, 1973.

SAHLINS, Marshall. 2013. *What kinship is-and is not*. Chicago: University of Chicago Press.

SCHÜTZE, Fritz. Pesquisa biográfica e entrevista narrativa. In: WELLER, Wivian; PFAFF, Nicolle (org.). *Metodologias da pesquisa qualitativa na educação: teoria e prática*. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 210-222.

SAFFIOTI Heleieth IB. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo (SP): Editora Fundação Perseu Abramo; 2004.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & realidade*, v. 20, n. 2, 1995.

COMO REFERENCIAR

OLIVEIRA, Vanilda Maria de. Relações familiares e adoecimento psíquico: uma análise sociológica a partir do método biográfico. *Latitude*, Maceió, v. 15, n. 2, p.249-275. 2021. DOI: <https://doi.org/10.28998/te.2021.n.2.10626>